

DECRETO N° 031, DE 16 DE JUNHO DE 2025.

Regulamenta o Programa de Educação Integral, com propósito de ampliar a oferta de educação de qualidade na rede de ensino municipal, promover o desenvolvimento integral dos alunos e garantir o acesso à educação para todos.

O **PREFEITO DO MUNICIPIO DE POMBOS-PE**, no uso das atribuições conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica Municipal,

considerando que a educação é um direito fundamental de todos e um compromisso do Estado, buscando assegurar a todas as crianças e adolescentes um desenvolvimento humano, social e educacional de qualidade, previsto nos artigos 6°, 30, VI e 205 da Constituição Federal;

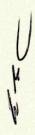
CONSIDERANDO a necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação no Município, atendendo de forma plena e eficaz as demandas locais por uma educação que contemple as múltiplas dimensões do desenvolvimento humano;

CONSIDERANDO a importância de estruturar o sistema educacional de maneira que promova a inclusão e a equidade, garantindo a todos o acesso a oportunidades educacionais adequadas e contemporâneas as demandas do século XXI;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 34, §2° e 85, §5° da Lei n° 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB);

CONSIDERANDO a meta 6 do Plano Nacional de Educação instituído pela Lei nº 13.005/2014;

CONSIDERANDO a Lei 14.640, de 31 de julho de 2023, que institui o Programa Escola em Tempo Integral;



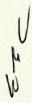




CONSIDERANDO o Decreto nº 12.391, de 28 de fevereiro de 2025, Institui o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens.

DECRETA:

- Art. 1º Fica regulamentado o Ensino em Tempo Integral, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Pombos, com a finalidade de ampliar tempos e oportunidades educacionais, sociais, culturais, tecnológicos, científico, esportivas, de saúde e de lazer, com vistas a aprendizagens significativas, que privilegiem a formação multidimensional do estudante da educação infantil e do ensino fundamental.
- Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se Educação em Tempo Integral a jornada escolar de um estudante que permanece na escola ou em atividades escolares por tempo igual ou superior a sete horas diárias ou trinta e cinco horas semanais, inclusive em dois turnos consecutivos, desde que não haja sobreposição entre os turnos.
- **Art. 3º** A Educação em Tempo Integral deverá ser oferecida e introduzidas em todas as escolas públicas municipais do Ensino Fundamental de forma gradual, priorizando as unidades que atendem a estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.
- Art. 4º São finalidades do Programa Municipal de Escola em Tempo
 Integral:
 - I- Executar a Política Municipal de Educação Básica, em consonância com as diretrizes das políticas educacionais fixadas pela Secretaria de Educação;
 - II- Sistematizar, implantar e difundir inovações educacionais, no âmbito pedagógico, tecnológico e gerencial;
 - III- Difundir o modelo de educação integral em tempo integral no município, com foco na melhoria das ações do governo municipal;
 - IV- integrar as ações promovidas nas Escolas de Educação Integral em tempo Integral, oferecendo atividades que influenciem no processo de









aprendizagem e desenvolvimento do sujeito no âmbito cognitivo, físico, social, emocional, cultural e político;

- V- Promover e garantir a expansão do ensino integral em tempo integral para todos os anos de forma gradativa na Educação infantil e no Ensino Fundamental a partir de 2025;
- VI- Estimular a participação coletiva da comunidade escolar na elaboração do projeto político-pedagógico da Escola;
- VII- Viabilizar parcerias com instituições de ensino e pesquisa, entidades públicas ou privadas que visem a colaborar com a expansão do Programa Escola em Tempo Integral no âmbito Municipal;
- VIII- Promover educação integral em tempo integral que contemple o desenvolvimento cognitivo, sócio emocional, físico e cultural do estudante, bem como promover a equidade educacional;
- IX- Valorizar os professores e demais profissionais que executam o Programa Municipal Escola em tempo Integral, ofertando cursos e programas de aperfeiçoamento e qualificação profissional;
- X- Assegurar um sistema educacional inclusivo para pessoas com deficiência, que promova o acesso ao ensino em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas, nos termos da Lei Federal nº 13. 146, de 6 de julho de 2015;
- XI- Adotar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate ao bullying escolar, observando o disposto na Lei n2 13.995, de 22 de dezembro de 2009;
- XII- Promover a cultura da paz no ambiente escolar, combatendo todas as formas de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, sexo, idade e religião, de origem nacional ou regional, no âmbito da Rede Pública de Educação do Município;
- XIII- Prover as condições necessárias para a redução dos índices de evasão escolar e de reprovação e acompanhar a sua evolução no âmbito das Escolas Municipais de Educação em Tempo Integral.
- **Art. 5º** Compete a Secretaria Municipal de Educação, planejar e executar as ações do referido Programa Escola em Tempo Integral, em especial:





- I- Estabelecer diretrizes para o desenvolvimento das ações pedagógicas e gerenciais das Escolas com atendimento em tempo integral;
- II- Gerenciar o processo de organização e funcionamento das Escolas, visando a melhoria da qualidade do Ensino Fundamental, a preparação para o trabalho e a inclusão social;
- III- Planejar e executar programas de formação continuada de professores e demais profissionais vinculados ao Programa;
- IV- Disseminar as experiencias exitosas para as demais Escolas da Rede Municipal de Ensino;
- V- Promover o planejamento para a expansão das Escolas de Educação
 Integral em
- VI- Tempo Integral e definir padrões básicos de funcionamento;
- VII- Gerenciar o processo de definição, institucionalização e funcionamento das Escolas de Educação Integral em Tempo Integral, associando a qualidade do ensino e a inclusão social;
- VIII- Assegurar a ampliação da matrícula nas turmas em jornada integral nas escolas municipais, observando a compatibilidade de espaço físico e de horários, com as turmas de oferta do ensino regular.
- **Art. 6º** Programa Municipal Escola em Tempo Integral funcionara em jornada integral de no mínimo 07 horas diárias ou 35 horas semanais, com distribuição de atividades curriculares e extracurriculares, considerando-se:
- I Atividades curriculares regulares, com base na Base Nacional
 Comum Curricular e no Curriculo de Pernambuco, adequadas ao contexto local;
- II Atividades extracurriculares, como esportes, atividades artísticas
 e culturais, projetos de extensão e pesquisa, oficinas de desenvolvimento soco
 emocional e atividades de aprofundamento em áreas de interesse dos alunos;
- III Atividades de lazer e convivência, com o objetivo de promover a interação entre os alunos e a participação na vida da escola;
- IV Atividades de acompanhamento individual e em grupo, com foco na identificação de dificuldades e no apoio à aprendizagem.







- **Art. 7º** A oferta de educação em tempo integral exigirá a capacitação e o desenvolvimento profissional dos recursos humanos, incluindo professores, diretores, coordenadores e técnicos de apoio.
- **Art. 8º** A formação dos professores envôlvidos na Educação em Tempo Integral deverá ser permanente e continuada, com foco nas áreas de conhecimento relevantes para o desenvolvimento da jornada escolar.
- **Art. 9º** A escola deverá criar mecanismos na infraestrutura para atender aos estudantes, adaptar espaços, adquirir equipamentos e criar ambientes seguros e acolhedores.
- **Art. 9º** Os procedimentos regimentais, pedagógicos e funcionais das escolas com atendimento em tempo integral serão regulamentados pelo Poder Executivo e de normativas da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação.
- Art. 10 As Escolas Municipais de Educação em Tempo Integral terão metas e resultados a serem alcançados de acordo com os indicadores de qualidade estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação, a partir dos dados apresentados pelas avaliações internas e externas e terão seus Planos de Ações monitorados semestralmente, visando a melhoria do processo de gestão pedagógica e administrativa.

Parágrafo único. A avaliação do desempenho dos alunos em tempo integral deverá ser realizada de forma contínua, utilizando indicadores de aprendizagem, sócio emocionais e de desenvolvimento pessoal.

- **Art. 11.** A Política de Educação em Tempo Integral será financiada por recursos federais.
 - **Art. 12.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
 - Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.







Pombos/PE, 16 de junho de 2025.

ELIAS BATISTA DE LIMA *

PREFEITO

